

24. ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PDM NO ÂMBITO DO RERAE:

Submete-se à consideração do Executivo com vista a aprovação da Assembleia municipal a abertura do procedimento de alteração do Regulamento do PDM no âmbito do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, para introdução de novo artigo com a seguinte redação:

Artigo 24º-A — Regularizações no âmbito do RERAE

As operações urbanísticas que se enquadrem no regime extraordinário de regularização de atividades económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em conferência decisória podem ficar dispensadas do cumprimento parcial ou integral das prescrições do PDM que lhe sejam aplicáveis nos termos definidos nas atas das conferências decisórias exposta no ponto 2, a fim de deliberar sobre a abertura do período de discussão pública de 15 dias úteis e da desnecessidade de avaliação ambiental de estratégica.

À Senhor Presidente para, caso o situar,
remeter a reunião de Encontro.



BRAGA
Município

A reunião do
Executivo
Municipal
V. - V. N. N.
13 Julho 2017

Município de Braga, 3, 7/2017

O Vereador, com competência delegada
por Despacho do Presidente da Câmara
de 28 de Outubro de 2013,

Miguel de Melo Bandeira, Prof.
Miguel de Melo Bandeira, Prof.

Proceder a
14/Jul/2017
Amor

Documento nº: I/49/DPRRU/2017

Data Registo: 05-06-2017

Assunto: Alteração ao regulamento do PDM no âmbito do RERA

Classificador: 999.99.999 - Genérico

Tipo Documento: Informação Interna

Livro: Documento Interno

Entidade:

Nome/Designação: Filomena Farinhas

Endereço:

Utilizador: Filomena Farinhas (Arq)

Destinatário: Zamith Rosas (Dr)

Conhecimentos:

Data: 29-06-2017 09:05:44

Documento: I/49/DPRRU/2017

Sr. Diretor,

Este assunto já deveria ter ido à reunião de câmara pública de 19 de junho, porque apesar do regime RERA nada o referir dispõe o RJIGT que todos os atos praticados relacionados com elaboração, alteração, suspensão ou revisão de planos decorram de reuniões públicas.

Deixo à sua consideração o envio para a próxima reunião de câmara ordinária de 17 de julho ou pública a 31 de julho a necessidade de se determinar a abertura do período de discussão pública de 15 dias úteis, precedido de 5 dias para divulgação após publicação em Diário da República.

Relembro que face aos prazos estabelecidos no RERA o atraso nas diligências municipais pode acarretar a suspensão parcial do PDM.

Filomena Farinhas

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Concordo. Contudo, esta tramitação deverá ocorrer
sem prejuízo de me aflicções a todos os pedidos no
âmbito do RERA e ser referidos dentro do
prazo legal. Ao Sr. Vereador.

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

29 JUN. 2017

António Zamith



BRAGA
Município

DMUOP – DPOT – DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

I/49/DPRRU/2017

Assunto: Alteração ao regulamento do PDM no âmbito do RERAÉ

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Âmbito do parecer técnico

1. No âmbito do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, vulgo RERAÉ, cabe aos Municípios promover todas as ações previstas em sede de conferência decisória que sejam da sua competência.

Análise Técnica

2. Resulta da ata da conferência decisória de 19 de maio a propósito do pedido de regularização extraordinária da SEMURAL, em Padim da Graça, (E/3637/DAC/2017) a necessidade de introdução de novo artigo no regulamento do PDM, nos seguintes termos:

Artigo 24º-A – Regularizações no âmbito do RERAÉ

As operações urbanísticas que se enquadrem no regime extraordinário de regularização de atividades económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em conferência decisória podem ficar dispensadas do cumprimento parcial ou integral das prescrições do PDM que lhe sejam aplicáveis nos termos definidos nas atas das conferências decisórias.

3. Esta alteração ao PDM ocorre nos termos previstos no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 165/14 de 5 de novembro:

Artigo 12.º - Adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial

1 — Nos casos de deliberação favorável ou favorável condicionada que tenha por pressuposto a desconformidade com instrumentos de gestão territorial vinculativo dos particulares a entidade competente deve promover a alteração, revisão ou elaboração do instrumento de gestão territorial em causa, no sentido de contemplar a regularização do estabelecimento ou exploração, sem prejuízo do disposto no n.º 7.

2 — A alteração, a revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial previstos no número anterior está sujeita a discussão pública pelo prazo de 15 dias, sem prejuízo das regras de aprovação, publicação e depósito, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial em vigor, não lhe sendo aplicáveis os demais trâmites previstos neste regime, incluindo a respetiva avaliação ambiental.

3 — A alteração, a revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial, nos termos do número anterior, deve, sempre que possível, contemplar todos os pedidos relativos ao mesmo concelho ou concelhos abrangidos.

4 — A exclusão da avaliação ambiental prevista no n.º 2 apenas tem lugar nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 5 de maio.

5 — Caso a alteração, a revisão ou a elaboração do novo plano não seja aprovada até à emissão de título definitivo, pode ser determinada a suspensão do instrumento de gestão territorial vinculativo dos particulares e decretadas medidas preventivas nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

6 — A incidência territorial da suspensão, bem como as disposições a suspender, são obrigatoriamente identificadas na deliberação final da conferência decisória e devem restringir-se ao estritamente



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

necessário por forma a permitir, consoante o caso, a manutenção do estabelecimento ou da instalação ou a sua alteração ou ampliação, bem como a adoção das medidas corretivas e de minimização fixadas.

7 — A promoção da alteração, revisão ou elaboração de planos especiais de ordenamento do território pode ser recusada por decisão fundamentada do membro do Governo competente, a proferir no prazo de 30 dias após a sua notificação da deliberação final da conferência decisória, sujeita a publicação na 2.ª série do Diário da República e a publicitação no sítio na Internet da entidade respetiva, sem prejuízo das demais garantias dos administrados aplicáveis.

4. Na situação em concreto verifica-se o enquadramento da alteração nas exceções previstas no n.º 1 do artigo 4º do regime jurídico da avaliação ambiental estratégica, ficando a empresa sujeita ao cumprimento de um conjunto de requisitos ambientais por força do resultado da conferência decisória.

5. O procedimento de alteração do PDM por aplicação do RERA é o seguinte:

5.1. Deliberação de câmara que determine a abertura de período de discussão pública por 15 dias úteis, com antecedência mínima de 5 dias, e decisão de não avaliação ambiental estratégica.

5.2. O aviso de abertura do período de discussão pública tem de ser publicado na 2ª Série do Diário da República, no boletim municipal, e na página oficial do município.

5.3. Após o término do período de discussão pública é feita a ponderação das sugestões recebidas, se aplicável, e envia-se a proposta de alteração para reunião de câmara, para a mesma a reencaminhar para a aprovação pela Assembleia Municipal.

5.4. Submissão da alteração na plataforma SSAIGT, contendo as peças alteradas e a cópia autenticada da deliberação da assembleia municipal, para depósito e publicação em Diário da República (pela DGT).

Proposta de decisão

6. Propõe-se que a Câmara Municipal delibere pela abertura do procedimento de alteração do regulamento do PDM no âmbito do regime extraordinário de regularização de atividades económicas, para introdução de novo artigo com a redação exposta no ponto 2 desta informação, e que ao mesmo tempo delibere sobre a abertura do período de discussão pública de 15 dias úteis e da desnecessidade de avaliação ambiental estratégica.

A Chefe da DPRRU,

Filomena Farinhas

05/06/2017

Dr. Zamith

DMUOP



BRAGA
Município

20 JUN. 2017

↓

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO,
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith

Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

Livro: Documento Interno

Documento nº: I/49/DPRRU/2017

Data Registo: 05-06-2017

Assunto: Alteração ao regulamento do PDM no âmbito do RERA

Classificador: 999.99.999 - Genérico

Tipo Documento: Informação Interna

Entidade:

Nome/Designação: Filomena Farinhas

Endereço:

Utilizador: Filomena Farinhas (Arq)

Conhecimentos:

Data: 05-06-2017 15:43:21

Destinatário: Miguel Mesquita (Eng)

Documento: I/49/DPRRU/2017

Junto se envia informação para alteração do regulamento do PDM face ao compromisso no âmbito do RERA.

Filomena Farinhas

Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.

Remeter ao Sr. Diretor da DMUOP
concordo com a proposta da DPRRU
para alteração do regulamento do PDM

7/6/2017
Miguel Mesquita

Concordo. *António Zamith*
apreciados.

DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO
ORDENAMENTO E PLANEAMENTO
António Zamith
Competência Delegada pelo Presidente em 1 de Março de 2016

Incluido.
O Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospeção
Miguel Amâncio Guimarães
20/6/2017

Inf. DSJC. 16/6/2017

Do ponto de vista legal, parece-me adequada a metodologia proposta, pelo que mais nada tenho a acrescentar. Remeter-se ao Sr. Diretor Municipal.
A Chef. do DMAP, [Assinatura]